



Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2020.

Wilmar da Costa Martins Junior

Código de Manifestação: 201.044.878.402

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 026.716-3/20 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a seguir transcrito:

“https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=9goK9w_avkW37Z-MGyS_3-uwrYJ0iYNDvpeTdwfu6ERUNzhEOFAxOTFXQUpHTU9EM085NFgxTU1QVS4u

Este formulário enquadra-se numa investigação no âmbito de um trabalho de conclusão do MBA EM GESTÃO PÚBLICA COM ÊNFASE EM CONTROLE EXTERNO, realizado no Instituto Educacional FAE Bussines School conjuntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. As respostas a este serão consolidadas a fim de subsidiar a verificação do Consensualismo como Estratégia de Prevenção ou Correção de Situações indesejadas no Controle Externo. Não haverá a publicação individualizada das respostas aqui inseridas. Todas as questões admitem múltiplas respostas. O tempo médio para responder o formulário é de 20 a 30 minutos. Agradecemos o envio das respostas até 05/10/2020. Obrigado por sua colaboração.”



Em resposta, o Setor Especializado informou que:

“No referido formulário, acessível no link acima, constam questões que abordam o “Consensualismo como Estratégia de Prevenção ou Correção de Situações indesejadas no Controle Externo”, previstas ou não em regulamentos próprios, como por exemplo o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG).”

Inicialmente, cabe esclarecer que a informação, estruturada nos exatos moldes solicitados, não é produzida por esta Corte, não obstante, dependendo do caso, podem ser registradas nos trabalhos de fiscalização realizados, constando de forma não estruturada nos documentos de fiscalização produzidos disponíveis na internet.

Neste contexto, importante destacar que esta Corte de Contas disponibiliza em seu sítio a “Pesquisa Textual” ou a “Consulta Processos”, que poderão ser acessadas por meio da “Consulta Processual e Serviços” (vide figura abaixo).



Assim, a partir das pesquisas, poderá ser obtida a coleta dos dados e sua posterior análise, consolidação e interpretação.”

Por fim, o Setor Especializado destacou que:

a) se encontra disponibilizado no sítio desta Corte de Contas, no menu “TCE-RJ”, submenu “Legislação” a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como demais normativos referentes a este Tribunal, que poderão subsidiar a solicitação de V. S^a;

b) as tramitações, pareceres, decisões e imagens digitais dos processos TCE-RJ são disponibilizados para consultas e cópias, após as decisões plenárias de mérito, no endereço eletrônico deste Tribunal (www.tce.rj.gov.br);

c) não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o



acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:
(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br

